



95 anos uma história a ser comemorada

Em 17 de janeiro, o Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro completa 95 anos. É quase um século de lutas, resistência e conquistas. Uma trajetória feita por companheiros e companheiras que dignificam a classe trabalhadora. Alguns tombaram em batalhas desiguais contra a truculência de governos autoritários. Todos permanecem vivos em nossa memória pela inestimável contribuição às causas da categoria bancária e do povo brasileiro.

Nossa história começa em 1930, com a criação da Federação dos Bancários do Brasil, que unifica a categoria nacionalmente. Já em 1933, obtivemos nossa primeira grande vitória. Depois de uma ampla mobilização nacional, a categoria conquista a jornada de trabalho de seis horas diárias, com 36 horas semanais. A primeira greve veio no ano seguinte e durou dois dias. Como resultado, conquistamos a estabilidade no emprego após dois anos de trabalho.

A chamada Era Vargas, contudo, foi muito conturbada para o sindicalismo brasileiro. Repressão, perseguições e todo tipo de entrave às lutas dos trabalhadores. Mas o Sindicato enfrentou esta realidade, consolidando a organização da categoria. O início dos anos 1960 foi marcado por três grandes greves bancárias que tiveram conquistas históricas, como salário profissional, anuênio e comissões de função, a instituição da data-base, o 13º salário e o fim do trabalho aos sábados. A ditadura civil-militar iniciada com o golpe de 1964 instala um regime de terror no país. Os opositores começam a ser presos, torturados e assassinados.

Os dirigentes sindicais bancários estavam entre os alvos da ditadura. Em 1970, o Sindicato é invadido pelos militares e, em 1971, o presidente da entidade, Aloízio Palhano foi preso, torturado e assassinado.

Apesar da forte repressão, os bancários entram em greve. O Sindicato sofre intervenção. Toda diretoria é afastada e processada. Três meses depois, após uma intensa resistência com o apoio da sociedade civil, os dirigentes reassumem a entidade. Nos anos 1980, o Sindicato se reorganiza e assume papel na luta pela redemocratização. Ao lado do Partido dos Trabalhadores e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), recém-criados, lidera a campanha pelas Diretas Já no Rio de Janeiro.

Em 1985, após a maior greve da história do país, a categoria conquista o auxílio-creche. No mesmo ano, como resultado de outra forte mobilização, os empregados da Caixa Econômica Federal passam a fazer parte da categoria bancária. Chega ao fim a ditadura militar. As eleições diretas para presidente acontecem em 1989, mas com a vitória de Fernando Collor de Mello. No Rio, o Sindicato lidera a campanha "Fora Collor", que culminou com o impeachment do presidente em 1992. Nesse mesmo ano, foi assinada a primeira Convenção Coletiva Nacional da categoria.

Em 1995 conquistamos a participação nos lucros e resultados. Com a eleição para presidente do primeiro operário da história do país, em 2002, os bancos públicos se fortalecem e passam a integrar a Convenção Coletiva de Trabalho. Em 2016, com o golpe

que derrubou a presidenta Dilma e o impedimento da candidatura de Lula a presidente em 2018, a classe trabalhadora enfrenta um de seus piores momentos, com inúmeros retrocessos, reformas trabalhista e previdenciária, privatizações e o definhamento de programas sociais fundamentais para a população mais vulnerável.

Em 2022, com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, demos um passo importante para recolocar o país nos trilhos. No âmbito do movimento sindical, precisamos recuperar a capacidade de sobrevivência das organizações, com a transição do imposto sindical para a contribuição negocial. No caso da categoria bancária, temos de encontrar formas de luta para enfrentar as transformações tecnológicas que vêm destruindo empregos, aumentando as metas e adoecendo a categoria.

É preciso ainda ampliar a base da categoria incluindo todo o ramo financeiro, estendendo os direitos dos bancários a milhares de trabalhadores e tornando os sindicatos ainda mais fortes.

Mesmo não tendo discussão sobre cláusulas econômicas, 2025 será um ano de muitas negociações com os bancos, o que exigirá da categoria grande mobilização. A maior homenagem que podemos prestar aos 95 anos do nosso Sindicato é honrar sua tradição de luta e resistência, com grandes mobilizações para manter conquistas e ampliar nossos direitos.

Vida longa ao Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro!

José Ferreira
Presidente do Sindicato dos Bancários do Rio

Sindicato terá assembleia eleitoral no dia 23 de janeiro

O Sindicato dos Bancários e Financeiros do Rio de Janeiro convoca a categoria para a assembleia de organização da eleição de sua diretoria. Será no dia 23 de janeiro, às 18 horas, em primeira convocação, e às 18h30, em segunda convocação. O endereço é Avenida Presidente Vargas, 502, 21º andar, Centro.

O processo eleitoral vai escolher, além da diretoria, o Conselho Fiscal e demais órgãos do Sindicato. Será aprovada a data da eleição, os prazos de inscrição de chapas, impugnação de candidaturas e apuração de votos. Serão eleitos os cinco membros da Comissão Eleitoral responsável pela organização de todo o pleito.

Reunida na tarde desta segunda-feira (13/1), a diretoria da entidade aprovou um calendário para as eleições que será submetido à assembleia e que prevê: registro de chapas de 2 a 26 de fevereiro; publicação do edital com as chapas concorrentes no dia 28 de fevereiro, declarando aberto o prazo para impugnação, que irá de 6 a 10 de março. A votação será de 7 a 11 de abril, em primeiro escrutínio, e de 22 a 25 de abril, em segundo escrutínio.

Para José Ferreira, presidente do Sindicato, participar da eleição é uma das formas de fortalecer a entidade. "Nossos processos eleitorais têm como marca a democracia e a participação. Portanto é fundamental a presença da categoria bancária já na assembleia que elege a Comissão Eleitoral, e que vai comandar todo o processo eleitoral para a renovação da diretoria para o mandato de 2025 a 2029. Participe e fortaleça o Sindicato", convocou.

Edital de Assembléia Geral Extraordinária

O Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários e Financeiros do Município do Rio de Janeiro, com CNPJ sob o nº 33.094.269/0001-33, situado na Av. Presidente Vargas 502/ 16º, 17º, 20º, 21º e 22º, andares Centro, Rio de Janeiro, por seu Presidente abaixo assinado, nos termos do Art. 49 de seu Estatuto, CONVOCA todos os associados, em pleno gozo de seus direitos sociais e estatutários, na base territorial deste Sindicato para se reunirem assembleia, no dia 23 de janeiro de 2025, às 18h em primeira convocação e às 18h30min em segunda e última convocação, no seu auditório, sito no endereço acima, para discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

1) Deliberação sobre a instauração do processo eleitoral para escolha do novo Conselho Diretivo, incluindo Diretoria, Conselho Fiscal e demais órgãos do Sindicato;

2) Aprovação da data das eleições, inscrições das chapas, impugnação de candidaturas, apuração de votos, prazos para interposição de recursos, constituição e atribuições da Comissão Eleitoral e aprovação do Regulamento Eleitoral que irá reger a eleição;

3) Eleição dos (05) membros da Comissão Eleitoral que acompanhará todo o processo eleitoral junto a atual Diretoria do Sindicato.

Rio de Janeiro, 14 de janeiro de 2025.

Jose Ferreira Pinto
Presidente

Ato pede tombamento de quartel onde Rubens Paiva foi torturado

Foto: Nando Neves.



Protesto exige tombamento de quartel onde pessoas eram torturadas pela ditadura.

Em memória de Rubens Paiva e de outros 52 mortos ou desaparecidos por ação direta dos agentes do Destacamento de Operações de Informação-Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) do Rio de Janeiro, a Associação Brasileira de Imprensa, o Grupo Tortura Nunca RJ e a ONG Rio de Paz realizaram, nesse sábado (11), um ato público em frente ao 1º Batalhão de Polícia do Exército, na Praça Lamartine Babo, onde está instalado o busto de Rubens Paiva, inaugurado em 12 de setembro de 2014, pelo Sindicato dos Engenheiros do Estado do Rio e pela Comissão Estadual da Verdade.

O ato – apoiado pela Justiça Global e pela Associação Brasileira de Juristas pela Democracia Núcleo RJ – teve a participação de ex-presos políticos que conseguiram sobreviver ao principal centro de prisão ilegal, tortura, morte e desaparecimento forçado instalado no Estado do Rio de Janeiro no período do regime militar, como o jornalista Álvaro Caldas e a cineasta Lúcia Murat, parlamentares e representantes de entidades da sociedade civil.

O DOI-Codi funcionou entre os anos de 1970 e 1979 dentro do 1º Batalhão de Polícia do Exército (BPE), na Rua Barão de Mesquita 425, na Tijuca. Situado nos fundos do pátio do quartel, o

prédio de dois andares do Pelotão de Investigações Criminais (PIC) serviu de base para as suas operações, segundo relatório da Comissão Estadual da Verdade.

Diante das constantes tentativas de negacionismo e apagamento da história política recente, o ato reivindicou a necessidade urgente de tombamento pelo IPHAN do quartel da Polícia do Exército com o objetivo de instalar ali um centro de memória e resistência contra os regimes de exceção, a exemplo do Memorial da Resistência de São Paulo, que funciona desde 2009 no prédio do extinto Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS), inclusive com a preservação de celas de presos políticos. A proposta de tombamento não visa ofender a instituição do Exército, mas con-

tribuir para que as próprias Forças Armadas se abram para a perspectiva de rever os crimes praticados por seus agentes dentro de suas organizações militares e que não se repitam nunca mais.

De acordo com dados fornecidos pela Comissão Nacional da Verdade, do total de presos políticos que passaram pelas dependências do DOI-Codi do Rio, ao menos 53 foram mortos, dentre os quais 33 permanecem desaparecidos até a presente data. Relatório da Comissão Estadual da Verdade lista 163 mortos e desaparecidos só no Estado do Rio. O DOI-Codi foi apenas um entre 19 locais usados pela repressão política como delegacias de polícia, quartéis e centros clandestinos de interrogatório e tortura de opositores do regime militar.

Vem aí a Conferência Livre do Meio Ambiente

Já estão abertas as inscrições para participar da Conferência Livre do Meio Ambiente, promovida pela Confederação Nacional dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Ramo Financeiro (Contraf-CUT). O evento será realizado no dia 20 de janeiro, das 14 às 18 horas, no formato virtual, por meio da plataforma Zoom. Clique aqui e siga os passos para participar.

"Esse encontro constituiu uma das etapas da 5ª Conferência Nacional do Meio Ambiente, que é a etapa onde entidades da sociedade civil organizada são convidadas a realizar eventos para mobilizar a comunidade em torno do tema da emergência climática e auxiliar na construção de propostas de enfrentamento, diante do que está atingindo toda a humanidade", explica a secretária de Políticas Sociais



da Contraf-CUT, Elaine Cutis.

A 5ª Conferência Nacional do Meio Ambiente é promovida pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas, com inúmeras ações que estão sendo realizadas no

país desde o ano passado, e que vão até maio deste ano, 2025, incluindo também conferências municipais e estaduais. Especificamente, as conferências livres são convocadas pela população, seja de maneira organizada, por meio de entidades e instituições, seja por grupos de pessoas.

Elaine Cutis destaca que as conferências livres têm três objetivos: "O primeiro é incentivar a população na construção de propostas para enfrentar a crise climática; o segundo é enviar essas propostas para a etapa seguinte. O terceiro objetivo é eleger um delegado ou delegada para representar as nossas propostas, tiradas na conferência livre, para a etapa 5ª Conferência Nacional do Meio Ambiente ou etapa estadual", conclui.

BANCÁRIO

Presidente: José Ferreira Pinto – Av. Pres. Vargas, 502 /17º, 20º, 21º e 22º andares - CEP 20071-000 – Centro – Fax (Redação): (021) 2103-4112 – **Sede Campestre** - R. Mirataia, 121 - Tel: 2445-4434 (Pechincha/Jacarepagua) – **Secretaria de Imprensa** (imprensa@bancariosrio.org.br) – Vera Luiza Xavier (Banerj/Itaú), coordenador responsável **Coletivo de Imprensa:** Ronald Carvalhosa (Banerj/Itaú), José Pinheiro (Banerj/Itaú) - **Editor Interino:** Olyntho Contente - **Redatores:** Carlos Vasconcellos e Olyntho Contente - **Diagramador:** Marco Scalzo

- **Fotos:** Nando Neves - **Secretário de Imprensa:** Celedon Broca – Secretaria de Cultura (cultural@bancariosrio.org.br) - Tel.: 2103-4150 – Secretaria de Bancos Públicos (bancospublicos@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4122/4123 – Secretaria de Bancos Privados (bancosprivados@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4121/4124/4172 – Secretaria de Saúde (saude@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4110/4116/4149/4176 – Secretaria do Jurídico (juridico@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4104/4125/4128/4173 – **Impresso na 3 Graph - Distribuição Gratuita - Tiragem: 11.000**

Contraf-CUT nega nova forma de cobrança da Cassi aos funcionários do Banco do Brasil

O Sindicato do Rio enviou ofício cobrando da Cassi a suspensão da cobrança. Sem qualquer negociação prévia, a Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil anunciou nova proposta de pagamento de cobranças feitas ao funcionalismo do banco. A Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) rejeitou a proposição, já que não houve negociação para chegar a ela, e porque não há embutida qualquer modificação substancial.

Essas cobranças referem-se a valores não recolhidos pelo banco durante o período de julho de 2010 a setembro de 2023, relativos a ações trabalhistas e acordos firmados nas Comissões de Conciliação Voluntária ou nas Comissões de Conciliação Prévia (CCV/CCP). Rita Mota, diretora do Sindicato dos Bancários do Rio e



membro da Comissão de Empresa dos Funcionários (CEBB), disse que, para ser aceita, a proposta tem antes de ser negociada, e isto não aconteceu.

A nova proposta foi apresentada na sexta-feira (10) pela Cassi. Na ocasião, o secretário-

geral da Contraf-CUT, Gustavo Tabatinga Jr., afirmou que a reunião foi infrutífera. "Nenhuma das ponderações trazidas pela Contraf foi acatada, e a Cassi insiste em não discutir o conteúdo da proposta, não permite que os bancários contestem os valores e

não abre mão da atualização monetária e dos juros aplicados", declarou.

O BB, na época, não fez os descontos necessários nem recolheu a sua parte nas contribuições para a Cassi, o que levou à atual cobrança. Embora a Cassi tenha se mostrado disposta a alterar a forma de pagamento, a Contraf-CUT critica a falta de mudanças significativas e insiste que os trabalhadores não aceitem os termos propostos.

A entidade de autogestão insiste na sua proposta inicial, trazendo apenas pequenos ajustes na forma de parcelamento. A Contraf-CUT irá formalizar ao BB pedido de mesa de negociação, assim como iniciará ação judicial contra a Cassi pela suspensão da cobrança. A Contraf-CUT continua orientando todos a NÃO realizarem a adesão, e a quem já realizou procurar a Cassi para cancelar a adesão.

Veja as regras da aposentadoria este ano



Em 2019 o Congresso Nacional aprovou uma série de alterações na Previdência Social, como parte da reforma encaminhada pelo governo Bolsonaro. Foi extinta a aposentadoria por tempo de contribuição e passou a ser exigida idade mínima de 65 anos para homens e de 62 anos para mulheres, com, no mínimo, 15 anos de contribuição.

As regras valem para todos os que entraram no mercado de trabalho após a aprovação da reforma. Para os que já trabalhavam e contribuíam para a Previdência, foram criadas regras de transição (veja no fim desta matéria).

As alterações, além de aumentar o tempo para ter direito à aposentadoria, criaram formas de cálculo reduzindo o valor do benefício, que passou a ser calculado pela média de todas as contribuições, desde julho de 1994, e não pelas 80% maiores. O arrocho imposto pela reforma é ainda maior, ao estipular que o valor da aposentadoria será de apenas 60% desta média já rebaixada.

A reforma bolsonarista reduziu a pensão por morte para 50% do valor da aposentadoria. Além disto, a cada ano a mais de contribuição, além da idade mínima exigida para a aposentadoria, serão acrescidos dois pontos percentuais aos 60%. Assim, para ter direito à aposentadoria no valor de 100% da média de contribuições, as mulheres

deverão contribuir por 35 anos e os homens, por 40 anos.

A reforma criou, também, regras de transição para quem já estava no sistema previdenciário antes da reforma, que seguem até 2031. Foram estabelecidas quatro regras de transição, das quais duas previram modificações na virada de 2024 para 2025.

A primeira, que estabelece um cronograma de transição para a regra 85/95, a pontuação composta pela soma da idade e dos anos de contribuição subiu em janeiro: para 92 pontos (mulheres) e 102 pontos (homens). Na segunda regra, que prevê idade mínima mais baixa para quem tem longo tempo de contribuição, a idade mínima para requerer o benefício passou para 59 anos (mulheres) e 64 anos (homens).

A reforma da Previdência acrescenta seis meses às idades mínimas a cada ano até atingirem 62 anos (mulheres) e 65 anos (homens) em 2031. Nos dois casos, o tempo mínimo de contribuição exigido é de 30 anos para as mulheres e 35 anos para homens. Na promulgação da reforma, em novembro de 2019, a idade mínima para as mulheres estava em 60 anos, passando a aumentar seis meses por ano nos quatro anos seguintes, pelas regras de transição, válidas para quem já estava no mercado de trabalho. Subiu para 60 anos e meio em janeiro de 2020, para 61 anos em janeiro de 2021, 61 anos e meio em 2022 e 62 anos no ano passado.

Por já ter sido cumprida, a regra do pedágio de 100% sobre o tempo de contribuição não mudará no setor privado. Quem tem mais de 60 anos de idade e 35 anos de contribuição (homens) ou 57 anos de idade e 30 anos de contribuição (mulheres) pode se aposentar.

Curso Paternidade Responsável começa em fevereiro

Começam em 19 de fevereiro as aulas da primeira turma deste ano do curso Paternidade Responsável, organizado pela Secretaria de Políticas Sociais do Sindicato dos Bancários do Rio. O curso é uma exigência para que os pais possam ter direito à licença paternidade prevista na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT).

As aulas serão virtuais, das 18 horas às 21h30. Para participar é necessário que o bancário seja sindicalizado e quem não é pode se associar ao Sindicato antes do início das aulas. Inscrições e informações pelos telefones 2103-4170 ou pelo e-mail cur SOPaternidade@bancariosrio.org.br. Para fazer a inscrição são necessários os seguintes dados: nome completo, banco e agência, data prevista para o nascimento do bebê, telefone, e-mail e número da matrícula sindical.

Calendário deste ano do curso:

- 19 de fevereiro - Quarta-feira
- 14 de maio - Quarta-feira
- 13 de agosto - Quarta-feira
- 19 de novembro - Quarta-feira

Começa negociação com o Itaú para garantir plano de saúde justo para aposentados



Mesa de negociação entre a COE, aposentados e Itaú.

A primeira negociação entre a Comissão de Organização dos Empregados (COE) e o Itaú para manter um plano de saúde justo para os bancários do Itaú que se aposentam, aconteceu nesta segunda-feira (13/1), em São Paulo. O banco se mostrou aberto às negociações, com a próxima rodada sendo agendada para a primeira semana de fevereiro.

O assunto vem sendo tratado entre os aposentados, o movimento sindical bancário e o banco também no âmbito do Ministério Público. O prazo estabelecido pelo procurador para resolver a questão é 9 de março. A finalidade das negociações é tentar garantir uma solução negociada, sem que se tenha que acionar o Judiciário.

Durante a negociação, a mobilização dos aposentados ganhou força nas redes sociais, figurando entre os dez assuntos mais comentados no X (antigo Twitter), com o uso da hashtag #AposentadosMerecemSaúde. “A construção de uma proposta de plano de saúde justo é essencial para aqueles que dedicaram anos à empresa e agora enfrentam dificuldades para pagar valores exorbitantes pelo plano. É preciso ressaltar a importância da mobilização, inclusive dos da ativa, que vão

Durante a reunião, os trabalhadores reivindicaram

Garantia de isonomia entre aposentados e funcionários ativos nos critérios de subsídio e custeio do plano de saúde.

- Possibilidade de optar pelo Plano Especial I como primeira escolha.
- Aplicação de índices como INPC ou IPCA nos reajustes das mensalidades e critérios iguais para reembolsos.
- Reingresso ao plano para aqueles que tiveram que sair por dificuldades financeiras, com prazo de adesão de até 60 dias.
- Migração para o Plano Especial I para aposentados em outros planos, com prazo de 60 dias.
- Retorno da Porto Seguro Saúde como operadora principal, ou outra de refe-

rência regional com condições similares.

- Prorrogação do PDV enquanto as negociações estiverem em curso no Ministério Público do Trabalho (MPT).
- Suspensão de reajustes até o fim das negociações no MPT.
- Ressarcimento de valores cobrados a maior nos últimos cinco anos, corrigidos conforme a lei.
- Representação de aposentados no conselho da Fundação Saúde Itaú.

Além disso, foi solicitado o congelamento de reajustes durante a negociação e dados sobre o número de aposentados por sindicato, garantindo mais transparência.

ser os aposentados de amanhã,” destacou coordenadora da COE, Maria Izabel Menezes.

O tamanho do problema – Após o término do período de manutenção da contribuição do banco, garantido pela Convenção Coletiva de Trabalho, os aposentados passam a enfrentar dificuldades financeiras devido à migração obrigatória do plano familiar para um individual, sem a parte do Itaú. O valor do plano individual chega a R\$ 1.929 por pessoa, o que pode resultar em uma despesa de quase R\$ 4 mil por casal, impondo um fardo insustentável para muitos.

Outro ponto debatido na reunião foi a falta de transparência nos valores cobrados. Conforme a lei nº 9.656/98, trabalhadores podem manter o plano de saúde empresarial após 10 anos de contribuição, desde que arquem com

a mensalidade. Contudo, o Itaú não fornece informações claras sobre o valor de sua contribuição no período em que os bancários estavam na ativa, aplicando valores de mercado sem justificativa.

Mobilização e diálogo – Antes do encontro com o banco, mais de 100 aposentados se reuniram na sede do Itaú, em São Paulo, para debater estratégias e alinhar demandas. Durante a reunião, Jair Alves, diretor da Contraf-CUT, enalteceu a importância do diálogo para solucionar o impasse. “É essencial que se mantenha a negociação aberta antes de judicializar a questão. Estamos trabalhando para construir uma solução que respeite os direitos dos aposentados e garanta condições dignas de assistência à saúde”, disse.

Participantes podem mudar perfil de investimento na Fundação Itaú Unibanco

Os participantes do fundo de pensão Fundação Itaú Unibanco poderão mudar seu perfil de investimento entre os dias 13 e 27 de janeiro. O diretor do Sindicato, Adriano Campos, ressaltou que a mudança não é obrigatória, podendo ser mantido o perfil atual. “Antes de qualquer decisão, o participante deve fazer sua pesquisa e entrar em contato com a própria fundação para mais informações sobre as melhores aplicações”, orientou. São quatro os perfis disponíveis: o ultra-conservador (100% CDI); conservador (92,5% de CDI e 7,5% de aplicação em Bolsa); moderado (80% de CDI e 20% em

Bolsa); e o arrojado (60% de CDI e 40% em Bolsa). Segundo a própria Fundação, em caso de mudança de perfil basta acessar o site da instituição (<https://www.fundacaoitauunibanco.com.br/acesso-participante/>), ou aplicativo.

“A partir daí, 1) clique em ‘Acesso dos Participantes’ no menu superior ou abra o aplicativo. 2) Faça login: utilize seu CPF e senha. 3) Acesse a campanha: no menu lateral, selecione “Campanhas > Alteração de Perfil de Investimento” ou clique no acesso rápido “Alteração de perfil” na página inicial. 4) Visualize seu perfil atual: na primeira etapa, você verá seu perfil atual

no canto superior esquerdo da tela. 5) Siga as instruções: conclua o processo seguindo os passos indicados. Acesse. 6) Confirmação: você receberá um e-mail confirmando a alteração do perfil”, explica o site da Fundação.

No dia 13 de janeiro, será realizada uma palestra virtual da Fundação sobre perfil de investimentos com especialistas para falar sobre o cenário econômico, as carteiras e tirar dúvidas dos participantes e assistidos.

Além disso, os especialistas Sérgio Pimentel e Fayga Delbem, realizarão palestras sobre crédito privado e renda variável.